


MOUSEION

Canoas, n. 41, 2022

 <http://dx.doi.org/10.18316/mouseion.v0i41.9540>

## A hierarquia e os hábitos do habitar, do Brasil colonial à contemporaneidade: uma análise a partir da Casa-Grande de Gilberto Freyre

Priscila Lini

Sabrina Lini

**Resumo:** O artigo trata das relações estabelecidas pelos membros da família extensa reunida sob a autoridade patriarcal do colonizador português, conforme as narrativas de Gilberto Freyre em sua obra “Casa-Grande e Senzala”. A pesquisa aprofunda-se nos hábitos domésticos da família nuclear e estendida, os locais permitidos e proibidos à circulação de pessoas, familiares, escravos e agregados, além de uma análise antropológica da edificação como símbolo de poder e posição social, no controle da mulher e no silenciamento dos múltiplos atores envolvidos neste espaço, que em grande parte modelou os costumes domésticos brasileiros. A própria casa em si, seus espaços adjacentes e a posição das construções no terreno apresentam uma curiosa lógica adaptativa e arquitetônica. O método empregado é o dedutivo, com pesquisa bibliográfica e documental, utilizando-se ainda a comparação de plantas, croquis e gravuras com os elementos apresentados pela obra em análise e seus conceitos fundamentais nas descrições das habitações.

**Palavras-chave:** Hábitos; Cultura; Arquitetura Colonial; Casa-Grande.

## The hierarchy and habits of habitation, from colonial Brazil to contemporary times: an analysis based on Gilberto Freyre’s Casa-Grande

**Abstract:** The article proposes the discussion about the relationships established by the members of the extended family gathered under the patriarchal authority of the Portuguese colonizer, according to the narratives of Gilberto Freyre in his book “Casa-Grande e Senzala”. The research delves into the domestic habits of the nuclear and extended family, the permitted and prohibited places for the movement of people, family members, slaves and aggregates, as well as an anthropological analysis of the building as a symbol of power and social position, in the control of women and in the silencing of the multiple actors involved in this space, which largely shaped Brazilian domestic customs. The house itself, its adjacent spaces and the position of the buildings on the land, present a curious adaptive and architectural logic. The method used is deductive, with bibliographical and documental research, using also the comparison of plans, sketches and engravings with the elements presented by the work under analysis and its fundamental concepts in the descriptions of the dwellings.

**Keywords:** Habits; Culture; Colonial Architecture; Grand Mansions.

### Introdução

A narrativa freyreana permeia o imaginário coletivo brasileiro, seja em nuances da literatura, dramaturgia e nas representações do país em seu período colonial, seja na sua consolidação como cânone

didático-acadêmico paulatinamente criado pela reprodução de seu discurso, não somente em ciências humanas e sociais, mas em reverberações em outros campos científicos nacionais.

O próprio conceito de miscigenação, como elemento pacificador das discrepâncias sociais de raça e classe com repercussões na sociedade contemporânea, a formulação de uma brasilidade calorosa, 'genésica' e de ares romantizados de relações hipersexualizadas, ou a justificação de hábitos que conformam a reprodução de um *ethos* de brasilidade, todos esses traços encontram sua elaboração na emblemática obra "Casa Grande e Senzala" ora discutida.

O leiaute da habitação brasileira, especialmente em suas camadas mais abastadas, repercute essas divisões, sejam nas residências horizontais em bairros nobres e condomínios, sejam nos apartamentos em edifícios de alto padrão. A inclusão de categorias de pertencimento e exclusão faz parte dos projetos arquitetônicos, especialmente concebidos para a fruição do lazer, da privacidade e do conforto para uns, seja para o silenciamento e obediência de outros.

Assim, a partir do presente escrito, busca-se a compreensão das origens do habitar no Brasil, na perpetuação dos marcadores de gênero, raça e classe no ambiente doméstico, nas relações de poder estabelecidas na moradia e em todas as suas estruturas adjacentes, em uma conformação de comportamentos sociais, econômicos e políticos conforme demonstrado na obra escolhida como marco teórico do debate.

### **A família colonial segundo Gilberto Freyre**

Sob a perspectiva histórica, o engenho pode ser considerado a estrutura matriz da economia brasileira, seja como forma de concessão da terra em enormes escalas, como opção produtiva da gênese do mercantilismo – através da monocultura intensiva –, ou mesmo como o rudimento da manufatura, eis que era o espaço que conformava a plantação, o processamento e o comércio dos derivados da cana-de-açúcar, dinâmica que em muito explica a concentração de terra, capital e riqueza no Brasil até a atualidade.

Nascida em um contexto rural e autocentrado como o engenho, a grande fazenda representa um microcosmo de poder econômico, político, religioso – e até mesmo jurídico – exercido por aquela autoridade patriarcal. O senhor do engenho era proprietário, de fato e de direito, dos bens de raiz, de capital e de produção, do capital humano – representado pelos trabalhadores escravizados de origem africana de quem titulava a propriedade –, e mesmo da própria família consanguínea e estendida, em razão das múltiplas relações estabelecidas com outras mulheres que não a esposa com a qual era oficialmente casado.

Toda a família adjacente, agregados, clérigos locais e trabalhadores livres (formalmente considerados, o que não significava que fossem materialmente autônomos) podiam ser considerados capital do patriarca, seja porque significavam potenciais alianças com outros grandes latifundiários, como as filhas e filhos solteiros, seja porque conformavam um entorno produtivo interessante que mantinha o pleno funcionamento de uma estrutura econômica tipicamente colonial.

A Casa-Grande era o centro irradiador desse poder, conformando-se assim, por esta leitura, os espaços que reproduziam em suas divisões internas a própria sociedade com seus múltiplos códigos e perspectivas. Hoje podemos ver que não se trata apenas de dois modos específicos de habitação, mas que

esses espaços são domínios por meio dos quais a própria sociedade brasileira se atualiza e ganha vida (DAMATTA, 1997, p. 38).

A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América. Sobre ela o rei de Portugal quase reina sem governar (FREYRE, 2003).

Na ausência de uma autoridade estatal efetiva, dada a enorme dificuldade metropolitana em estabelecer os governos-gerais com sucesso, o próprio senhor de engenho conquistou o espaço vago das autoridades oficialmente constituídas, de forma que, quando estas foram sendo enviadas de Portugal para a formação da burocracia colonial, precisaram se acomodar às estruturas familiares já estabelecidas na colônia.

Essa burocracia mostrava-se muito mais dependente da nascente classe dos latifundiários enriquecidos pelo comércio açucareiro, em uma simbiose de poder foi espraiada do âmbito privado para o público, do particular para o Estado, explicando assim a estruturação político-econômica do Brasil sobre tais bases.

A sociedade colonial no Brasil, principalmente em Pernambuco e no Recôncavo da Bahia, desenvolveu-se patriarcal e aristocraticamente à sombra das grandes plantações de açúcar, não em grupos a esmo e instáveis; em casas-grandes de taipa ou de pedra e cal, não em palhoças de aventureiros (FREYRE, 2003).

As decisões de interesse geral raramente eram tomadas no espaço público, nos gabinetes das vilas, arraiais e cidades em nascimento. Os saraus e encontros nas fazendas, casamentos em suas capelas, ocasiões e convescotes muito ilustravam a dimensão do poder expressa nesses espaços de moradia. Daí a necessidade de revisitar, do ponto de vista da arquitetura e do poder, as relações históricas entre casas-grandes e senzalas na paisagem americana (MARQUESE, 2006, p. 15).

Mas neste espaço, o trânsito, a permanência e a simples presença não eram autorizadas a quaisquer sujeitos. Códigos, expressos ou tácitos, franqueavam o acesso dos membros da família, exerciam o controle e a vigilância, bem como demonstravam os marcadores de distinção econômica, racial e social. O espaço é demarcado quando alguém estabelece fronteiras, separando um pedaço de chão do outro. Mas nada pode ser tão simples assim, porque é preciso explicar de que modo as separações são feitas e como são legitimadas e aceitas pela comunidade da propriedade privada e suas origens (DAMATTA, 1997, p. 21).

Paredes, janelas e varandas. Portas de entrada e salões de jantar acessíveis aos visitantes, aos semelhantes, exibindo a boa mobília a boa louça. Cozinha, porões e despensas para manter a casa funcionando, onde se reunia a criadagem de casa, em eterna labuta. E lá, distante, ao caminho da lavoura e em salutar separação, a senzala, onde trabalhadores escravizados, 'de labuta' viviam em precárias condições, sempre sujeitos à vigilância do feitor e às incursões do senhor.

### **Às portas da casa-grande: um universo particular**

A Casa-Grande aglutinou em sua denominação muito do seu significado. Embora de padrão construtivo muito simples em comparação a outras construções contemporâneas de contextos distintos, sua posição no terreno e suas dimensões justificavam essa nomenclatura.

A considerar os materiais disponíveis à época, não há que se falar em fausto ou luxos, mas o conforto material obtido, em contraposição às condições sub-humanas da senzala, fez da Casa-Grande a materialização do poder e do controle patriarcal necessário ao funcionamento do sistema econômico pretendido. Referido espaço se confunde com a própria ordem social de modo que, sem entender a sociedade com suas redes de relações sociais e valores, não se pode interpretar como o espaço é concebido (DAMATTA, 1997, p. 19).

Mas, para além de uma análise estética, propõe-se agora uma análise funcional da arquitetura, da distribuição das peças e cômodos, tanto como fenômeno espontâneo quanto planejado. Para Gilberto Freyre, o traçado das Casas Grandes expressa uma fórmula construtiva autêntica e genuinamente brasileira, parte do processo civilizador nacional:

A verdade é que em torno dos senhores de engenho criou-se o tipo de civilização mais estável na América hispânica; e esse tipo de civilização, ilustra-o a arquitetura gorda, horizontal, das casas-grandes. Cozinhas enormes; vastas salas de jantar; numerosos quartos para filhos e hóspedes; capela; puxadas para acomodação dos filhos casados; camarinhas no centro para a reclusão quase monástica das moças solteiras; gineceu; copiar; senzala. O estilo das casas-grandes - estilo no sentido spengleriano - pode ter sido de empréstimo; sua arquitetura, porém, foi honesta e autêntica. Brasileirinha da Silva. Teve alma. Foi expressão sincera das necessidades, dos interesses, do largo ritmo de vida patriarcal que os proventos do açúcar e o trabalho eficiente dos negros tornaram possível (FREYRE, p. 31, 2003).

Os comportamentos orientavam as edificações, mas é inegável que também a edificação ditava regras de comportamento. O controle, a vigilância, o acesso, as técnicas de construção, manutenção e asseio, o resguardo da vida privada e a grande interferência do senhor na vida pessoal de filhos e filhas – estas muito mais do que aqueles.

**Figura 1.** Planta Baixa do Solar de Santo Antônio em Campos dos Goytacazes (RJ).



Fonte:

O próprio termo ‘gineceu’, o posicionamento das alcovas é por demais marcante, um local de quase clausura das mulheres e moças, do resguardo das sinhazinhas contra a sanha dos rapazes mal-intencionados ou dos trabalhadores escravizados e sua típica incontinência de comportamentos, que, segundo os senhores, beirava o bestial.

Os longos corredores, os quartos fechados à chave, cujo molho era confiado somente ao senhor, à senhora ou à governanta. Paredes com frinchas estratégicas para as espiadelas e à prova de segredos. Ferrolhos, tramelas e toda sorte de trancas para manter ao resguardo da vida pública os mistérios da vida familiar. Mas, especialmente, manter as moças e senhoras com sua reputação a salvo, confinadas a um espaço em que todos os seus atos e palavras fossem controlados e bem vigiados, a fim de manter seu corpo e espírito a salvo de quaisquer formas de contatos impuros.

### Sob o controle do senhor, esposa, filhos e agregados

Da varanda vigiava o senhor de engenho, de rebenque à mostra, a rotina em seus domínios. Um séquito de intermediários executava suas ordens – feitores, capatazes, mensageiros e clérigos – o que tornava o contato com a grande massa de trabalhadores escravizados das senzalas praticamente desnecessário, exceto se o senhor assim fizesse questão. A ele, todos os acessos eram permitidos, e sua presença despertava algo entre o temor e a reverência.

Seus hábitos, horários e idiosincrasias ditavam o ritmo do cotidiano, assim como seus humores. Bonachão e generoso com visitas, compadres e seus pares, irascível e implacável com seus subordinados, ao latifundiário toda a condescendência era justificável (HOLANDA, 1995, p. 146-147). Se as instituições explicam costumes, a escravidão deixou uma marca indelével no sistema sociocultural brasileiro. Suas resultantes tradições de patronato e de paternalismo acabaram por caracterizar todo o sistema de relações socioeconômicas do Brasil (FORMAN, 2009, p. 33).

**Figura 2.** Planta Baixa do Solar de Santo Antônio em Campos dos Goytacazes (RJ)



Fonte:

A mulher branca, a sinhazinha, neste contexto, era mais um capital à disposição de seu pai, muito provavelmente prometida em casamento desde a mais tenra idade a outro senhor de engenho, cujas alianças político-econômicas seriam estratégicas para ambas as famílias. Cumpria àquele pai confinar desde a tenra idade suas “Marias da Graça, Marias do Céu, Marias da Glória” em um local que garantisse sua valiosa castidade em uma sociedade tão católica e patriarcal, conforme demonstra a planta da Casa-Grande abaixo.

Ao se tornar esposa, com as sucessivas gestações e na numerosa prole que lhe cabia garantir ao esposo, a angelical mocinha aos poucos ia se convertendo em matrona, a senhora religiosa e devota que ao engordar e envelhecer com o passar dos anos, ia adquirindo um novo status: o de auxiliar no processo de criação das filhas sob estritas cautelas e vigilância, e na criação dos moços com grande liberalidade e tolerância.

Para garantir as necessidades desta parcela reservada da parentela doméstica, cabia às mucamas molecas, às aias e criadas de quarto fazer a intermediação entre o universo privado da casa com o universo exposto da fazenda e dos espaços públicos. Às damas somente era autorizada a circulação em locais como a igreja e a vila mediante companhia de seu séquito de serviçais ou de seus pais e irmãos. Como é típico nas sociedades patriarcais, a mulher necessita estar, invariavelmente, sob a tutela masculina – quando solteira, de seu pai, quando casada, do marido.

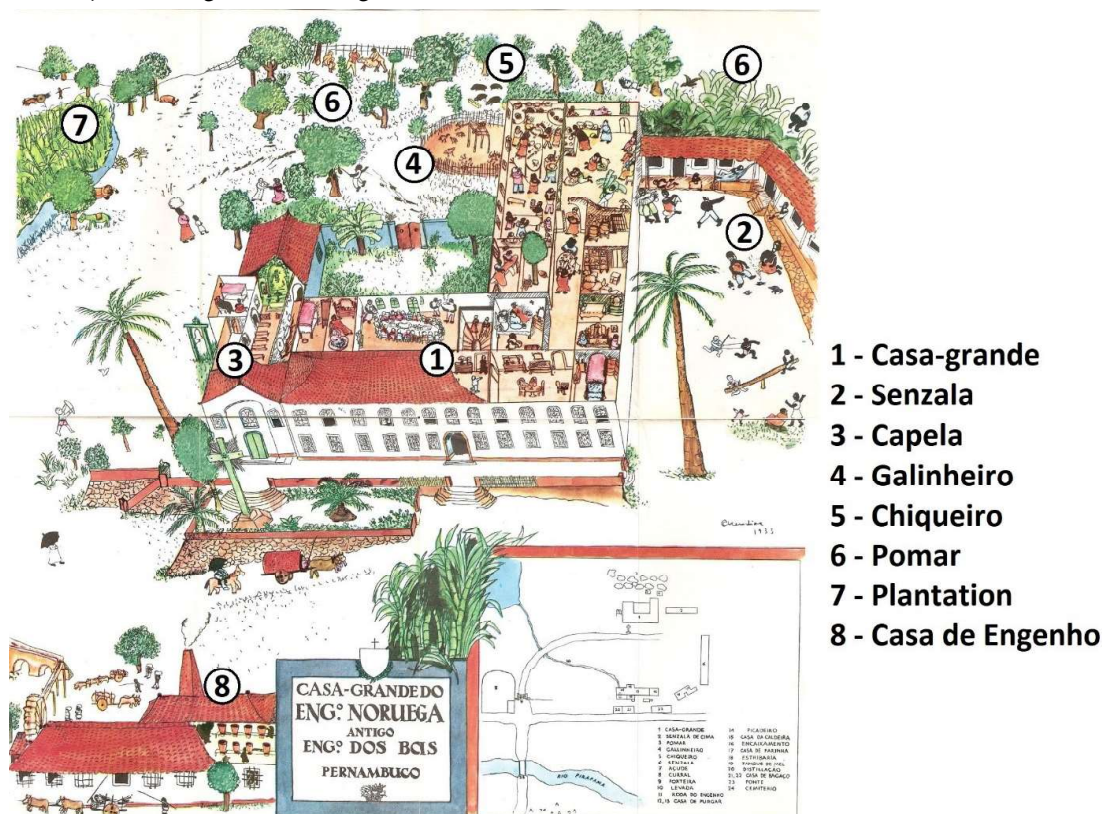
Essas servas e servos de circulação no ambiente privado da casa, eram escolhidos mediante critérios estéticos e funcionais – os menos retintos e mais ‘dóceis’ –, além de critérios de parentesco parcial – não raro eram trazidos ao seio familiar os filhos ilegítimos de senhores com escravas, prática que, segundo Freyre (2003, p. 68) é como o colono português teria dado conta de ocupar a terra com uma prole mestiça. Faziam assim uma interlocução entre dois mundos: a Casa-Grande e o restante do universo da grande propriedade da fazenda.

Agora, diferentemente das mulheres, a presença do homem branco era autorizada em todos os recônditos da propriedade. As incursões de ‘sinhôs’ e ‘sinhozinhos’ com o fito da prática de intercuro sexual com as mulheres escravizadas – e também com homens – eram de notório conhecimento resultando no que Freyre (2003, p. 50) denominou como “confraternização no gozo”.

### **A propriedade, o todo das partes**

O cotidiano em um latifúndio açucareiro, ou mais tarde em uma fazenda de café ou outro gênero de exportação, demandava um grande contingente de mão de obra. A pessoa escravizada, neste contexto, era duplo capital de seu senhor: tinha seu valor como mão-de-obra, mas também tinha seu valor como “peça”, como bem semovente passível de compra e venda.

Para a manutenção deste contingente de pessoas dedicadas ao labor da sociedade agrária e monocultora, foi necessário criar uma estrutura adjacente de habitação, precária para que não implicasse em muitos custos, mas complexa o suficiente para coibir fugas e revoltas, estruturada na exata medida para manter a sobrevivência daquele capital humano que tanto marcou o mercantilismo em seu início.

**Figura 3.** Ilustração do Engenho Noruega – Pernambuco (Cícero Dias)

Assim, este era um espaço de cotidiano específico, de simplicidade extrema em meios materiais, além de grande sofrimento, pois sempre sob grande controle, tanto por vigilantes e repressores, como os feitores e capatazes, quanto pela constante aplicação de castigos físicos. O ‘tronco’, em que os trabalhadores escravizados eram atados para os suplícios tinha um caráter de estrutura adjacente de poder, de constante ameaça, ficando assim em local exposto e facilmente visível a partir da lavoura e da senzala, mas oculto das vistas da capela e da Casa-Grande.

A casa-grande fazia subir da senzala para o serviço mais íntimo e delicado dos senhores uma série de indivíduos - amas de criar, mucamas, irmãos de criação dos meninos brancos. Indivíduos cujo lugar na família ficava sendo não o de escravos, mas o de pessoas de casa. Espécie de parentes pobres nas famílias européias. À mesa patriarcal das casas-grandes sentavam-se como se fossem da família numerosos mulatinhos. Crias. Malungos. Moleques de estimação. Alguns saíam de carro com os senhores, acompanhando-os aos passeios como se fossem filhos (FREYRE, 2003, p. 88).

Desta feita, considerando as privações e más condições de vida na senzala, ter a possibilidade de habitar a Casa-Grande era, em parte, um alento. Mas, não há que ser confundir essa liberalidade concedida pelo senhor e pela sinhá uma forma de manifestação de afeto, ou mesmo de humanidade, como Freyre expressa em sua narrativa. Tal fato se deu muito mais pela necessidade dos múltiplos serviços domésticos que demandava o andamento corriqueiro da habitação senhorial.

A estabilidade não estaria dada por uma afetividade tenra, fraterna, exterior a essas relações excessivas de violência e gozo na casa-grande, mas sim pela afetividade perversa que se forma no interior delas e que produz dominadores sádicos e dominados masoquistas. Trata-se, na realidade, de uma representação ainda mais perversa do que a “dominação adocicada” idealiza da pela ideia de democracia racial: ela sugere que a subjugação do dominado se ria

pelo menos parcialmente voluntária, já que ele seria um masoquista. Dominante e dominado se encontrariam num suposto gozo da própria violência, muito mais difícil de ser rompida por que afetivamente recompensadora, ainda que de forma perversa (MARCUSI, 2013, p. 282-283).

A necessidade do serviço, e a presença de intérpretes, de intermediários entre os domínios controlados da vida privada da Casa-Grande e do universo adjacente de uma grande propriedade com limites imprecisos, com grande circulação de pessoas escravizadas e demais trabalhadores – meeiros, foreiros e arrendatários – justifica esse trânsito, essa autorização tácita representada pela arquitetura e pelos locais de moradia.

As posições estão relacionadas por meio de uma lógica complementar perfeita. Às vezes o englobador é o escravismo (quando estávamos na casa-grande e falávamos dos nossos escravos como gente relacionada a nós por simpatia, lealdade e substância) (DAMATTA, 1997, p. 74).

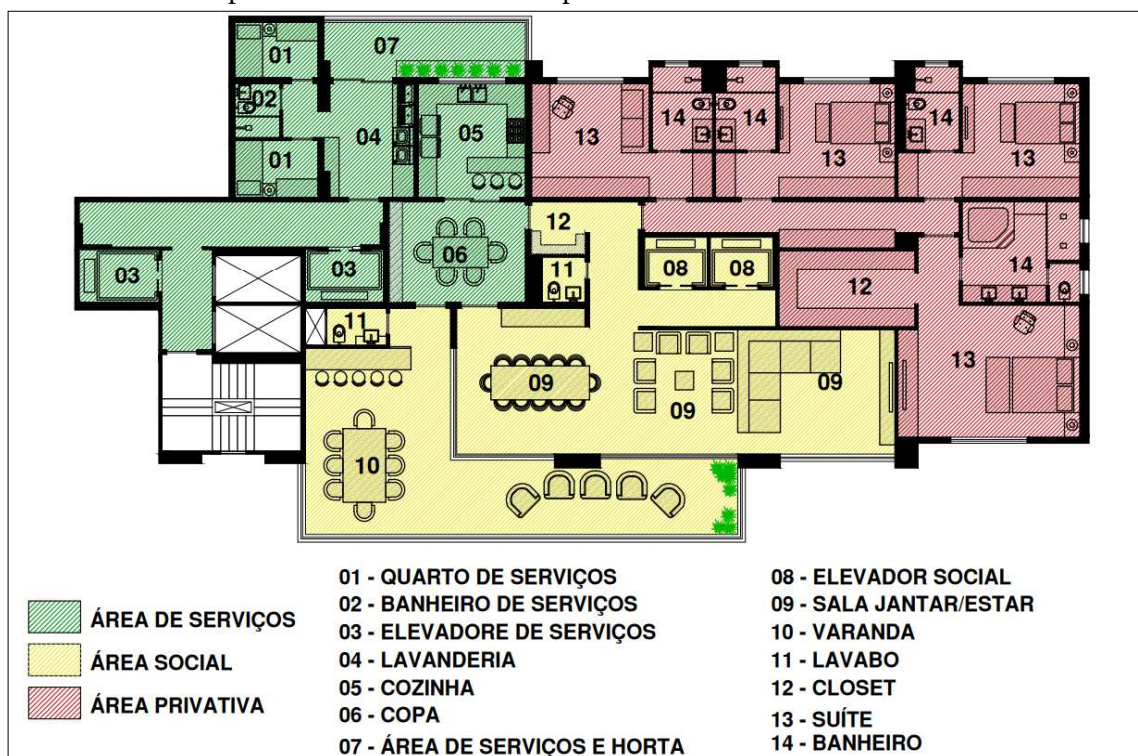
Em grande parte, essa necessidade de interlocução entre labores pouco seguros, extenuantes ou desconfortáveis até hoje é repassada à categoria dos trabalhadores domésticos. Seja fazer as compras de supermercado, a higienização da casa e a execução de serviços pouco agradáveis como a limpeza de banheiros, cozinhas, cuidados com as roupas e enxoval da casa, até mesmo levar a mascote da família para fazer suas necessidades nos arredores do condomínio. Quando os empregadores possuem condições para tanto, os dissabores inerentes à manutenção da vida cotidiana são delegados mediante trabalho doméstico pouco remunerado, com precárias garantias e a concessão de pequenos espaços de habitação nas áreas periféricas da casa ou apartamento.

### Casas-grandes e senzalas contemporâneas

As atividades braçais e manuais de manutenção da vida cotidiana, em locais marcados pela colonização e pela configuração econômica com bases assentadas nas estruturas escravocratas, geralmente é delegada às classes mais pobres, em vínculos de trabalho que beiram a situação servil. Raras são as garantias trabalhistas e a cobertura previdenciária plena nesses casos. Um exemplo desta mentalidade pode ser observado na resistência das classes altas e médias quando da concessão de direitos trabalhistas antes reservados às outras classes de trabalhadores, com a Emenda Constitucional nº 72 no ano de 2013.

Não raro, pessoas de classes mais altas, quando da contratação e da atribuição dos espaços a seus funcionários domésticos se socorre em um argumento de generosidade, de tratamento condescendente, e, até mesmo afetivo, em relação a seus empregados. Denominam-nos secretários(as) do lar, argumentam que se tratam de pessoas “quase da família”, mas mesmo assim os relegam a uma condição subalterna, impedindo o livre trânsito e permanência pela residência, delimitando e segregando os locais de repouso e alimentação.



**Figura 4.** Planta Baixa de Apartamento em Alto Padrão para Condomínio Vertical

Tais concessões são realizadas somente na medida do necessário – assim como era na época das Casas-Grandes e senzalas –, a privacidade das classes mais altas é apenas descortinada nos estritos limites imprescindíveis à execução dos serviços de limpeza da casa. Nessa analogia, engendra-se uma relação desigual, que inclusive marca aquela empregada ou empregado em sua própria presença como ‘mal necessário’, em uma clivagem que público e privado não é tão acentuada: a singular “democracia” freyreana, na esfera privada como também na pública, é transpassada por uma assimetria constitutiva que nunca se desfaz completamente (MARCUSI, 2013, p. 283).

A babá que leva à criança à escola, à praça de recreação ou às inúmeras tarefas cotidianas que incluem de cursos de idiomas a festas infantis. A viagem em família, o fim de semana no sítio ou no *country club* em que a empregada da família deve permanecer em serviço, uniformizada, silenciosa e sempre disponível, mas que os empregadores consideram como um momento de recreação. Nessa imprecisão, nesses limites estabelecidos pela classe dominante, em que o trânsito é permitido, a família patriarcal teria sua estabilidade fundada no fato de que ela oferecia uma série de espaços de confraternização entre seus elementos opostos, nos quais os choques seriam amortecidos e os antagonismos se equilibrariam (MARCUSI, 2013, p. 280).

Observa-se, por exemplo, que permanece na arquitetura de residências de alto padrão o local de silêncio e reserva, próximo às saídas ditas ‘de serviço’ para as trabalhadoras domésticas que residem no local de trabalho. Que a sala de estar, a sacada e as áreas de circulação permanecem à vista das visitas e convidados, assim como a varanda de fausto e vigilância onde os ‘senhores’ oferecem suas festas e convescotes. A suíte e as áreas íntimas, separadas do restante da residência, com seus *closets*, cofres, antessalas e banheiros privativos, reserva a intimidade de filhos, filhas e esposas – ou seriam sinhozinhos, sinhazinhas e sinhás?

É visível que, embora a Casa-Grande tenha deixado de ser a estrutura básica de moradia da elite brasileira a partir do fenômeno da urbanização, permanecem nas mentalidades as estruturas de opressão e silenciamento a que devem se submeter os trabalhadores das classes pobres e periféricas do serviço doméstico. A arquitetura contemporânea, em seus apartamentos e casas projetados para condomínios verticais e horizontais de alto padrão, consiste apenas na materialização de tais mentalidades.

## Conclusões

A distinção entre espaços autorizados não se restringiu aos períodos pretéritos de um Brasil colonial. Até à atualidade é visível a separação entre os trabalhadores que servem às famílias abastadas e as estruturas da habitação. Resistem, nas plantas arquitetônicas de residências horizontais e condomínios verticais a segregação, a restrição de espaços, cômodos e acessos. Perduram na arquitetura as dependências de empregada – exíguas, mal ventiladas, próximas às áreas molhadas ou abafadas, como a cozinha e a lavanderia – os elevadores e entradas de serviço, os refeitórios auxiliares, guaritas de vigilância e vestiários de funcionários.

Embora haja uma abissal distância entre classes, alega-se sempre uma proximidade ‘de estima’, a falácia de que o serviçal é praticamente da família, quase “de estimação”, conforme as palavras de Freyre. Porém, em códigos de condutas, de arquitetura e de modos de vida, resta latente a divisão, a violência sobre os corpos das pessoas que, premidas pela necessidade econômica, ocupam funções subalternas em funções de serviço doméstico mal remunerado, sem quaisquer perspectivas de mobilidade social, perpetuando-se a desigualdade e a opressão sobre tais trabalhadores.

Os direitos fundamentais à dignidade e à vida privada, os direitos sociais como o trabalho coberto pelas garantias previdenciárias e trabalhistas, todos estes são relativizados – sempre para menos – nestes apêndices da vida privada das famílias que ainda reproduzem as dinâmicas da Casa-Grande.

O serviçal e seu serviço ali estão em uma condição de agregação que visa apenas o conforto de quem é servido, esse sim um sujeito social com todas as prerrogativas a si inerentes. Por sua vez, o trabalhador doméstico – aqui faz-se a ressalva de função ocupada majoritariamente por mulheres pretas e pardas em condições de grave privação material – é uma pessoa que tem toda a sua existência vinculada ao servir, sob estrita vigilância e controle.

Muito embora a obra de Gilberto Freyre seja ambientada em um Brasil colonial, no recorte geográfico no Nordeste de latifúndio açucareiro, a noção de habitação e da distribuição dos espaços na arquitetura contemporânea permanece neste ideal de separação e na construção de limites entre o universo privado e externo, entre sujeitos subordinadores e subordinados, que perpetuam a perversa lógica do domínio de corpos através dos poderes econômico e simbólico.

## Referências

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 72 de 28 de novembro de 2013**. Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc72.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc72.htm)>.

DAMATTA, R. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

FORMAN, S. Além da casa-grande e da senzala: um campesinato no Brasil. *In: Camponeses: sua participação no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

FREYRE, G. **Casa-grande e senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 38 ed. Recife: Global Editora, 2003.

MARCUSSI, A. A. Mestiçagem e perversão sexual em Gilberto Freyre e Arthur de Gobineau. **Est. Hist.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 52, p. 275-293, jul.-dez. 2013.

MARQUESE, R. de B. Revisitando casas-grandes e senzalas: a arquitetura das plantations escravistas americanas no século XIX. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v. 14. n. 1. p. 11-57. jan.- jun. 2006.

Submetido em: 27.01.2022

Aceito em: 21.04.2022